

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.302 - SP (2019/0301839-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **ANDRÉ RICARDO RICCI & CIA LTDA**
ADVOGADO : **ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA - SP101471**
RECORRIDO : **BANCO BRADESCO S/A**
ADVOGADOS : **BRUNO HENRIQUE GONÇALVES E OUTRO(S) - SP131351**
 : **PAULO GUILHERME DARIO AZEVEDO - SP253418**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. ART. 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. CABIMENTO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Regular prestação jurisdicional realizada, visto que a Corte de origem analisou as questões deduzidas pelo recorrente, pois houve a devida consideração da matéria dita omitida pela parte embargante - constitucionalidade e legalidade da MP MP 1963-17 e sua reedição 2170-01 -, que foi enfrentada de forma objetiva e fundamentada no julgamento do recurso, naquilo que o Tribunal *a quo* entendeu pertinente à solução da controvérsia.

2. O mero inconformismo da parte não constitui hipótese de cabimento de embargos de declaração e tampouco caracteriza vício no acórdão, de modo que deve ser mantida a multa aplicada com base no art. 1.026, § 2º, do CPC.

3. Deficiência de fundamentação da alegada afronta a Lei 4595/64, diante da alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de forma precisa o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação tida por violada. Incidência da Súmula 284/STF.

4. Falta de prequestionamento do art. 4º do Decreto-Lei 22626/33, pois não foi objeto de debate no acórdão recorrido, tampouco fora suscitado por meio de embargos de declaração. Incidência das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

5. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por ANDRÉ RICARDO RICCI & CIA LTDA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO -

CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

AÇÃO REVISIONAL C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JULGAMENTO “ULTRA PETITA”. Ausência de pedido expresso de revisão das taxas de juros incidentes nos contratos celebrados entre as partes. Nulidade da decisão apenas na parte que extrapolou o pedido inicial. Preliminar acolhida.

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. Código de Defesa do Consumidor. Inaplicabilidade. Crédito adquirido para fomento da atividade comercial. Inexistência de relação de consumo.

CAPITALIZAÇÃO. Inexistência de capitalização de juros, ante o próprio sistema de uso do crédito e a obrigação de compor o saldo devedor nos respectivos vencimentos.

SUCUMBÊNCIA. Verba honorária que não comporta redução.

Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, seu julgamento foi assim sintetizado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. REVISIONAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. CDC. Inaplicabilidade. Inexistência de relação de consumo.

CAPITALIZAÇÃO. Inexistência de capitalização de juros, ante o próprio sistema de uso do crédito e a obrigação de compor o saldo devedor nos respectivos vencimentos. HONORÁRIOS RECURSAIS. Incidência do art. 85, §11 do Código de Processo Civil/2015. Sentença proferida e publicada na vigência do novel diploma processual. Acórdão que analisou todos os temas expostos nos autos. Inocorrência de omissão, contradição ou obscuridade, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil. Ausentes as hipóteses autorizadoras do recurso integrativo. Rediscussão da matéria. Nítido caráter infringente. Objetivo de acesso a recursos aos Tribunais Superiores EMBARGOS REJEITADOS.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022 e 1.026, § 2º, do CPC; 4º do Decreto-Lei 22626/33 e Lei 4595/64.

Sustenta nulidade do acórdão recorrido, pois, não obstante a oposição de embargos de declaração, o tribunal de origem teria deixado de esclarecer acerca das alegações de constitucionalidade e legalidade das MP 1963-17 e sua reedição 2170-01.

Alega que não fora pactuado nos contratos firmados entre 2001 a 2003 que poderia o Recorrido capitalizar mensalmente os juros.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 362-380.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 403-406).

É o relatório.

DECIDO.

2. No tocante ao art. 1.022 do CPC, verifica-se que não houve negativa de prestação jurisdicional, máxime porque a Corte de origem analisou as questões deduzidas pelo recorrente. De fato, na hipótese em exame, é de ser afastada a existência de vícios no acórdão, à consideração de que a matéria impugnada - constitucionalidade e legalidade da MP MP 1963-17 e sua reedição 2170-01 - foi enfrentada de forma objetiva e fundamentada no julgamento do recurso, naquilo que o Tribunal *a quo* entendeu pertinente à solução da controvérsia, como se verifica:

A ausência de capitalização de juros no contrato celebrado entre as partes e a discussão da matéria referente a inconstitucionalidade da MP 1.963-17/2000 e suas reedições perante o Plenário do C. STF, restou indicada no julgado, nos seguintes termos:

(...) No que diz respeito à capitalização, verifica-se não ser possível a sua ocorrência no contrato de abertura de crédito em conta corrente, tendo em vista o próprio sistema de uso do crédito e a obrigação de compor o saldo devedor nos respectivos vencimentos.

Como ocorre em operações semelhantes, levando-se em conta que a obrigação é de cobertura mensal do saldo devedor, composto da quantia utilizada mais os encargos, é estabelecida a incidência de juros sobre o saldo devedor decorrente do descumprimento de ajuste, que, em razão da natureza do contrato, tem sua aplicação a cada trinta dias, renováveis enquanto não ocorra o pagamento do saldo devedor, mediante o depósito do valor devido.

Dessa forma, não há capitalização a ser excluída.

Anote-se, ademais, que a constitucionalidade da MP 2.170- 36/2001 em reedição da n° 1.963-17/2000, que permite a capitalização mensal dos juros, vem sendo discutida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, na ADIN n° 2.316-1, após voto do então Relator, Ministro Sydney Sanches, propondo a suspensão da eficácia do artigo 5°, caput e parágrafo único, mas a decisão final ainda não existe.

Não obstante o fato acima, o Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no julgamento do Incidente de Inconstitucionalidade n° 0128514-88.2011, suscitado pela 18ª Câmara de Direito Privado nos termos dos artigos 190 e 191 do Regimento Interno, 97 da Constituição Federal e Súmula Vinculante n° 10 do Supremo Tribunal Federal, os quais estabelecem a reserva de plenário para declaração incidental de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, em voto condutor do Des. Renato Nalini, decidiu, em 24 de agosto de 2011, pela constitucionalidade do artigo 5° da referida MP: (...)
(fls. 313-314 e-STJ)

3. Quanto ao afastamento da multa aplicada com amparo no art. 1.026, § 2º, do atual CPC, verifica-se que o Tribunal Estadual já havia analisado e decidido de modo claro e objetivo as questões que delimitaram a controvérsia, não havendo a necessidade de oposição de embargos de declaração.

Cumprе assinalar, que o mero inconformismo da parte não constitui hipótese de cabimento de embargos de declaração e tampouco caracteriza vício no acórdão. Desse

modo, deve ser mantida a multa ali aplicada.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PROVA DO AGIR INDEVIDO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA 7/STJ.

1. A conclusão a que chegou o Tribunal a quo acerca da regularidade da anotação do débito em nome da autora, ora agravada decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7/STJ) e impede o conhecimento do recurso por ambas alíneas.

2. Revela-se pacífica a orientação desta Corte de que a análise da existência do elemento subjetivo necessário à caracterização dos atos atentatórios à dignidade da justiça implicaria reexame do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento com aplicação de multa. (AgRg no AREsp 396.678/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 08/10/2013, DJe 15/10/2013.

3. Acerca da defendida violação a Lei 4595/64, certo é que a alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de forma precisa o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação tida por violada, enseja deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula 284/STF.

4. Por fim, o art. 4º do Decreto-Lei 22626/33 não foi objeto de debate no acórdão recorrido, tampouco fora suscitado por meio de embargos de declaração. É entendimento assente neste Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento dos dispositivos tidos por violados, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio acórdão recorrido. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

5. Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e nego-lhe provimento.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator